



Denominação: um percurso de sentidos entre espaços e sujeitos¹
Denomination: a course of senses among places and subjects

Greciely Cristina da Costa*

Resumo:

Investigamos o funcionamento discursivo da denominação, seu modo intervir na relação entre espaços e sujeitos como se fosse um vetor de significação, pelo qual transitam os sentidos de um para o outro. Analisamos certas relações que se estabelecem entre as denominações: bairro, favela e comunidade, na medida em que se alternam na referência a um mesmo espaço. O gesto de denominar, enunciando um ou outro nome, implica num processo de significação que coloca em cena a não-transparência da linguagem, seus equívocos.

Palavras chave: Discurso; Espaço; Sujeito; Denominação (Favela, Bairro, Comunidade).

Abstract:

In this study, we investigated the discursive functioning of denomination, its way of intervening in the relation between spaces and subjects as if it were a meaning vector, through which the meanings transit from one to another. We have analyzed certain relations established among the denominations: bairro, favela and comunidade (Portuguese for neighborhood, shantytown and community, respectively) as their use is alternated in reference to the same place. The gesture of denominating, enunciating one name or another, implies a signification process that demonstrates the “non-transparency” of language and its misunderstandings.

Keywords: Discourse; Space; Subject; Denomination (Shantytown, Neighborhood, Community).

1Esse artigo foi formulado a partir de nossa pesquisa de doutorado, cujo título da tese é Discursos sobre a milícia: nomes, vozes e imagens em movimento na produção de sentidos. Ele foi apresentado em sua primeira versão na mesa redonda Sujeito e Espaço, da Jornada Internacional Discurso, Sujeito e Sentidos, promovida pelo Labeurb/Unicamp, realizada nos dias 13 e 14 de Setembro de 2011, no IEL/Unicamp.

* Doutora em Linguística pela Unicamp. Professora do Mestrado em Ciências da Linguagem da Universidade do Vale do Sapucaí - UNIVÁS. Endereço Postal: Rua Irmãos Bierrembach, 14. Cep. 13024-150 Campinas-SP. E-mail: greciely@gmail.com.

Introdução

Propomos compreender, ao longo desse trabalho, a política da palavra (ORLANDI, 1989) a partir do funcionamento discursivo da denominação considerando que toda “denominação circunscreve o sentido do nomeado” (ORLANDI, 1990: p. 57) e que “toda denominação acarreta um silêncio que o fato mesmo de nomear produz. Toda fala instala espaços de silêncio e o ato de nomear recorta esses espaços, definindo-os” (ORLANDI, 1989: p. 42).

Ao denominar, um processo de significação é instaurado e posto em movimento sob determinadas condições de produção. Nesse processo, o nome recorta uma região do interdiscurso que faz com que, ao denominar, se signifique, se produza sentido e esse se instale em uma formação discursiva. A denominação é, pois, também parte da construção discursiva dos referentes.

Formular é dar corpo aos sentidos (ORLANDI, 2001) e o gesto de nomear para nós é um dos modos de formular, de se interpor na relação indireta, opaca, da representação linguagem/pensamento/mundo pelo homem. É interpretar. É, por isso, também, dar corpo aos sentidos. É, ainda, levando em conta o que explica Orlandi mais acima, o gesto de nomear situa-se na fronteira entre o dito, o silenciado e o dizível.

O sujeito denomina e é denominado em um espaço material político-simbólico, um espaço que também é físico, concreto, territorial, geográfico, urbano, estereotipado, ou seja, composto por suas dimensões reais e imaginárias. Em um dos contos de Lygia Fagundes Telles nos deparamos com um exemplo da relação estabelecida entre denominação, sujeito e espaço. A autora enumera: “asilos, sanatórios, clínicas de repouso, institutos – dezenas de nomes, rótulos que variam com a condição econômica” do sujeito. Depois explica: “Se é louco pobre, nada cerimônia, é hospício mesmo” (TELLES, 1980: p. 25). Esse exemplo nos mostra que a denominação dirige os sentidos entre *hospício* e *louco pobre*. Mostra-nos, portanto, que denominar não é um gesto aleatório, trata-se de uma interpretação no nível do simbólico (PÊCHEUX, 1969; ORLANDI, 1996). E ainda, nos aponta para um percurso do sentido que vai do nome ao espaço, ou vice-versa e recai sobre a constituição do sujeito.

Considerando que, de acordo com Orlandi (2011), o modo como se dispõe o espaço intervém na configuração de sujeitos em suas relações, é uma forma de significá-los, é possível observar que a denominação intervém na relação entre espaço e sujeitos, no trajeto dos sentidos entre os dois como se fosse uma espécie de vetor de significação.

Com efeito, ao se denominar um espaço ou um sujeito, aquele que dá nome se posiciona discursivamente em relação a ambos na produção de significação, inscrevendo-se em uma ou outra formação discursiva, apagando um ou outro sentido. Processo esse movido pelo funcionamento da denominação.

Ao iniciarmos a leitura de parte de nosso material de análise durante a pesquisa de doutorado², a saber, uma entrevista com moradores das Zonas Oeste e Norte e Baixada Fluminense, do Rio de Janeiro – que é dividido em regiões administrativas compostas por bairros, bairros não oficiais e favelas – observamos que as denominações *favela*, *bairro* e *comunidade* se alternavam na referência ao espaço onde os entrevistados moravam, ou onde a milícia se impunha. Essa alternância, vista sob o viés discursivo, apontou indícios de uma tensão existente no movimento de diferentes denominações. Percebemos que o gesto de denominar esse lugar, enunciando um ou outro nome, implicava num processo de significação que coloca em cena a não-transparência da linguagem, seus equívocos e seus efeitos de sentido produzidos.

Diante desse fato discursivo, nos lembramos de uma inquietante questão exposta por Orlandi (2011) em relação à diferença, à sobreposição de duas denominações, são elas: comunidade e sociedade. A autora interroga: Por que chamar o bairro, a favela, a periferia de comunidade? Por que não sociedade? Nesta direção, investigamos *quais são os sentidos que transitam entre essas e outras denominações*. Para isso, investimos em uma análise sobre o funcionamento de algumas denominações que dão nome a certos espaços de cidade, ao mesmo tempo em que configuram sentidos para os sujeitos. Buscamos compreender, especialmente, a relação dos nomes com as definições atribuídas a eles em seus efeitos metafóricos visando o processo discursivo engendrado pela substituição de uma palavra por outra, de um nome por outro, de modo a explicitar seus equívocos.

Dizeres Estabilizados

Para começar, apresentamos a definição de favela em um dicionário, partindo do pressuposto de que esse último, segundo Nunes (2006), é “um dos lugares que

² Analisamos processos discursivos desencadeados pelo funcionamento da denominação *milícia* a partir de diferentes *discursos sobre*: discurso jurídico, discurso midiático, discurso de moradores do Rio de Janeiro etc. Observamos, especialmente, a produção de evidências movida pela relação entre interpretação e formações imaginárias em jogo na constituição de discursos sobre.

sustentam as evidências dos sentidos, funcionando como um instrumento de estabilização dos discursos” (p. 11). Nele, favela³ é definida da seguinte maneira:



favela

Significado de Favela

s.f. Aglomeração de casebres em certos pontos dos grandes centros urbanos, construídos toscamente e desprovidos de recursos higiênicos; morada da parte mais pobre da população.

O modo como se estrutura no espaço urbano, o local onde se concentra nesse espaço, a característica da construção, a falta de recursos higiênicos e a que tipo de população se destina definem favela. Não se enuncia casa, não se enuncia precário, se enuncia a falta, mas não a necessidade de água, de esgoto, nem se enuncia morador. Talvez, dessa acepção derive, entre outras, a seguinte paráfrase: Favela é onde o mais pobre mora.

Para o Un-Habitat, agência das Nações Unidas, favela é “uma área degradada de uma determinada cidade caracterizada por moradias precárias, falta de infraestrutura e sem regularização fundiária”. Degradação, precariedade, falta de infraestrutura são características que recaem sobre a inferioridade da estrutura das moradias e da área na qual se localizam na cidade, e ainda, a condição irregular da área aparece nesta definição.

O nome favela em ambas as acepções remete à estrutura urbana, no que diz respeito à descrição física, que é inferior e, em relação à irregularidade de propriedade da terra. Favela dá então nome a irregularidades urbanas.

É importante dizer que esse verbete e o que transcrevemos abaixo foram extraídos do **dicionário online de português**. Em dicionários como esse, elementos tais como prefácio e data não são inseridos na rede digital, corroborando o efeito de

³ Disponível em: <http://www.dicio.com.br/favela/>. Acesso em setembro de 2011.

continuidade, de atualidade, de estabilidade da evidência produzida pelo verbete, nesse tipo de arquivo (digital).

Vejamos agora a definição de bairro⁴:



The screenshot shows the website 'dicionário online de português'. A search bar contains the word 'bairro' and a 'buscar' button. Below the search bar, the word 'bairro' is displayed in a large, bold font. Underneath, the section 'Significado de Bairro' is shown, followed by three definitions: 's.m. Cada uma das partes principais em que se localiza a população de uma cidade.', 'Porção de território de uma povoação, mais ou menos separada.', and 'Arrabalde; subúrbio.'

Contrapondo essa definição de bairro com a de favela, vemos que bairro dá nome a cada uma das partes de uma cidade. Por que, então, não dá nome à favela? Por que ela não é parte principal? Por que nessa população não está incluso o mais pobre? Arrabalde, subúrbio são seus sinônimos. Por que favela não é também um de seus sinônimos?

Na Wikipédia⁵, encontramos talvez uma pista que levaria a uma possível resposta:



The screenshot shows the Wikipedia article for 'Bairro'. On the left is the Wikipedia logo and a sidebar with links like 'Página principal', 'Conteúdo destacado', etc. The main content area shows the title 'Bairro' with a 'Discussão' tab. Below the title, it says 'Origem: Wikipédia, a enciclopédia livre.' and a note: 'Nota: Para outros significados, veja Bairro (desambiguação).' The main text defines 'Bairro' as 'uma comunidade ou região dentro de uma cidade ou município, sendo a unidade mínima de urbanização existente na maioria das cidades do mundo.'

⁴ Disponível em: <http://www.dicio.com.br/bairro/>. Acesso em setembro, 2011.

⁵ Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Bairro>. Acesso em setembro, 2011.

O fato de o nome *bairro* englobar tanto comunidade quanto região confere a ele um caráter geográfico, mas, também, social, pois se enuncia comunidade. Embora comunidade na alternância com região pareça remeter ainda à localização. O verbete apresenta outros dois elementos que não aparecem na definição anterior: urbanização e uma restrição. Esses descartam a possibilidade de inserir favela nessa acepção, pois se restringe a existência de favelas aos grandes centros urbanos. Quanto à urbanização, trata-se de uma categoria que emerge de uma especialidade: o urbanismo, segundo Lefebvre (1978). Ela representa para os urbanistas um princípio homogeneizante da cidade. As campanhas antifavela, como a empreendida em 1926, que consistiam na destruição das mesmas, foi movida, entre outros, pelo discurso de falta de urbanização nessas áreas. Na década de 90, surge o termo Favela-Bairro que denomina não só um projeto de urbanização, mas uma prática ideológica. A execução desse projeto conferiria a favela o status de bairro, mas *bairro-não oficial*, pois mesmo urbanizada tratar-se-ia, ainda, de área de ocupação.

O efeito que se produz nesses verbetes é o de estabilização de um discurso urbano, que para Orlandi “sobredetermina o social: o social passa a significar pela urbanidade” (1999: p. 12). A partir de uma denominação se tem o recobrimento de um sentido em detrimento de outro. Visto deste modo, nomear tanto é recortar e silenciar, quanto definir e sobrepor. E aqui, ao se denominar e definir favela, o discurso lexicográfico convoca, filia-se ao discurso urbano para significá-la e assim silencia o social. Se o dicionário se constitui pela projeção do imaginário do real como nos diz Nunes (2006), aqui, ele se vale do imaginário de urbanização que se sobrepõem ao social. O social, salvo sua identificação que tangencia pobre e comunidade, só aparece na derivação de favela para favelado. Uma categoria urbana desliza para uma categoria social.

Um Dizer Institucional

O discurso lexicográfico que se sustenta no discurso urbano ressoa também no discurso institucional do IBGE.

Favela, bairro e comunidade são denominações que se alternam nos discursos sobre o Rio de Janeiro, de modo a dividir a cidade e os sentidos que recaem sobre ela. E a essas denominações se acrescenta uma lista imensa de outras, por exemplo,

aglomerados subnormais, denominação do IBGE para “grupos de mais de 50 unidades habitacionais dispostos de modo ‘desordenado e denso’, sobre solo que pertence a terceiros, e ‘carente de serviços públicos essenciais’”, que se opõem a **setores (não especiais)** – outra denominação também do IBGE – e à cidade formal (CEZAR, 2002: p. 1).

Esse discurso do IBGE, de certo modo recupera dizeres semelhantes aos lexicográficos, ignorando igualmente a existência de uma sociedade que vive na favela. Denominar aglomerado subnormal é recortar uma região do interdiscurso que confere à subnormal em oposição a normal e a formal, sentidos tais como: anormalidade, defeito, inferioridade, deformidade, informalidade. É lançar para fora do espaço dito normal, uma sociedade que chega a aproximadamente 19% (dado do censo de 2000) da população do Rio de Janeiro.

Segundo Cezar (2002), o IBGE utiliza essa divisão e essas denominações por uma questão metodológica, tendo em vista a dificuldade de estabelecer uma linha divisória entre favela e bairro, por exemplo, no morro do Vidigal. Dificuldade essa que o autor estende à delimitação entre invasão, favela e loteamento irregular, a que ele chama de matizes (p.1). Não se tratam de leves diferenças! Para Cezar, trata-se de uma questão terminológica resultante dessa dificuldade, que para nós, é uma dificuldade de compreender a política dos sentidos. Para nós, trata-se de um gesto que fortalece a segregação. Enunciar subnormal é uma forma de segregar a sociedade. Sobressaem-se no discurso institucional o desordenamento e a quantidade, o caráter ilegal do solo e a carência de serviços públicos essenciais. Esse é um discurso que vai ser reproduzido ao longo da história da favela e incidir na configuração do sujeito morador, isolando-o, marginalizando-o.

Freire (2008) observou em sua pesquisa que

entre os moradores, a categoria ‘favelado’ possui diferentes significados, mas sua enunciação evoca sempre comportamentos percebidos como moralmente inferiores, associados ou não, como ser mal-educado, falar palavrões, andar malvestido ou sujo, consumir drogas, prostituir-se, mendigar, ser desonesto, brigar na rua, roubar, enfim, ‘praticar tudo de errado’ (p. 106-107 – grifos da autora).

Ou seja, o próprio sujeito-morador identifica o favelado de forma estereotipada. Notamos que para “escapar” desses sentidos, dessa identificação, esse sujeito não denomina, ou seja, não significa seu espaço como favela. Ele substitui um nome por outro. É o que veremos nos fragmentos abaixo. Antes, porém, é importante observar que

outras duas denominações aparecem numa relação sinonímica com *aglomerado subnormal*, são elas: *comunidade* e *bolsão de pobreza da cidade* (CEZAR, 2002). Este último é renomeado em vários discursos por *áreas pobres da cidade*, *regiões carentes*, ou seja, se situam em uma formação discursiva filiada à memória de pobreza. Esse sentido também é atribuído a bairro, mas como veremos no discurso dos moradores, morar em uma favela não se equipara a morar em um bairro.

Comunidade

Já *comunidade*, segundo o dicionário de Ciências Sociais aparece com acepções variadas, mas comumente como sinônimo de sociedade. No entanto, a denominação *comunidade* tem funcionado como sinônimo, ou vem substituindo *favela* em muitos discursos, principalmente no da mídia. Que efeitos de sentidos são produzidos por essa relação sinonímica, por essa substituição? Como funciona no discurso de moradores (de algumas regiões) do Rio de Janeiro?

Essas relações referentes ao nome *comunidade* têm funcionado há algumas décadas e surgiram em um momento específico da história das favelas cariocas, que tem a ver com um movimento "político" de desenvolvimento da época, cujas figuras centrais são o bispo Dom Helder Câmara e o padre e sociólogo francês Louis Joseph Lebret.

Em um estudo sobre as favelas cariocas, Valladares (2008) além de criticar o modo como a favela é considerada desde os estudos urbanos até os sociológicos, em cem anos, a partir de certas representações sociais, descreve esse movimento político que se deu entre os anos 50 e 60. A autora explica que naquela conjuntura Dom Helder estava à frente da Cruzada São Sebastião e se opunha à Fundação Leão XIII, cuja intervenção da igreja católica nas favelas propunha a construção de creches e ambulatórios nas favelas por meio de ações caritativas. Todavia, mantinha uma atitude repressiva em relação aos moradores das favelas, pois praticava a condenação moral para pregar a educação social e a integração. Valladares (*idem*) explica também que, diferentemente, a Cruzada tinha por finalidade levar às favelas moradia, implementação de equipamentos de infraestrutura, etc. através da obtenção de recursos do governo federal. No entanto, o objetivo maior da Cruzada, a mesma autora explicita, era o de intermediar a relação entre Estado e população local com o intuito de defender as favelas do clientelismo político. Para Valladares, a Cruzada constitui

uma virada na representação política da favela. O reconhecimento e a promoção dos moradores das favelas ao estatuto de comunidade e, por conseguinte, a sujeito político potencialmente autônomo, tanto rompia com uma visão puramente negativa do mal a ser erradicado quanto com a política de assistência caritativa e clientelista do período anterior (2008: p. 78).

É interessante observar a textualização, no relato da socióloga, de uma suposta mudança da representação da favela ligada à construção de uma representação política e a ideia de defesa possível a partir dessa representação. É a partir desse discurso que o nome *comunidade* surge significando a possibilidade de o sujeito-morador da favela tornar-se sujeito-político-autônomo. O que significa essa configuração pensada na relação com o espaço e com o Estado?

Quanto a Le Bret, um dos fundadores do movimento *Économie et Humanisme*, na França, passava a exercer, neste mesmo período, grande influência nas primeiras pesquisas de campo realizadas nas favelas. Naquela época, o sociólogo trazia para o Brasil propostas para o desenvolvimento da pesquisa de campo, que consistiam na:

elaboração de um conhecimento científico da economia humana a partir da cidade, do bairro e das associações locais;
construção de instrumentos de pesquisa ao mesmo tempo monográficos e estatísticos, apoiados em uma nomenclatura dos fatos sociais;
afirmação de uma ética fundamentada em uma comunidade de base: a família, o grupo profissional, a vizinhança ou o bairro;
intenção de desempenhar o papel de 'intermediário' entre um Estado burocrático e uma população sem representantes (ASTIER & LAÉ, 1991: p. 83 *apud*. VALLADARES, 2008: p. 84).

Segundo Valladares são essas as bases que marcaram o desenvolvimento de pesquisas científicas nas favelas (um deles o relatório da SAGMACS) e são elas também bases para a reivindicação das favelas por direito à representação política. Para a autora, as pesquisas empreendidas, naquele momento, contribuem para a redescoberta das favelas antes vistas de maneira muito negativa, estereotipada⁶ e para "a valorização

⁶A partir da formação de um espaço marcado pela ausência de propriedade privada do solo, de instituições públicas, sem acesso aos serviços públicos e sem a intervenção do Estado, um processo de criminalização da favela é posto em prática e se estende à criminalização do favelado. A favela cresceu aceleradamente e por alguns anos passou despercebida (ou ignorada) pelo poder público. Ou seja, se constitui na falta do Estado. No entanto, ao ganhar visibilidade no cenário carioca, logo foi dita sem lei e desse dizer se desencadearam outros muitos: fonte de doenças, de imoralidade, de desordem, de promiscuidade, de criminalidade... Uma série de atributos negativos que se estendeu aos seus moradores, uma vez que qualquer um que more na favela foi/é significado a partir dessa série de significações atribuídas a ela. A construção dessa imagem, principalmente, a opôs/opõe, a separa, a segrega da cidade, a dita maravilhosa. Os favelados tornam-se favelados pela ocupação ilegal de uma propriedade, ditos a

da favela enquanto comunidade" (p.74). Nesta conjuntura, essa denominação estava ligada à configuração de família enquanto célula fundamental e da vizinhança como uma garantia de coesão social (VALLADARES, 2008) da comunidade.

De nossa perspectiva, um dos efeitos de sentido produzido por essa política parece ser o de buscar a negação de dizeres estereotipados sobre os moradores das favelas, sobre esse espaço. No entanto, discursivamente, a substituição lexical (de favela para comunidade) ao dar visibilidade, ou acentuar esse efeito de negação, parece, também, dar visibilidade a uma população irreconhecida pelo Estado, estranha à cidade e que está à margem da sociedade reconhecida pelo Estado, ou seja, reafirma que ela está em outro lugar. Parece afirmar a segregação. Parece afirmar, ainda, o que Touraine (1991) chama de sociedade de segregação, caracterizada pela ruptura entre o fora e o dentro (p. 171), ou melhor, pela "passagem de uma sociedade vertical, que nós habitualmente chamamos de sociedade de classes [alta e baixa] para uma sociedade horizontal, na qual o importante é saber se se está no centro ou na periferia" (p. 166 - tradução nossa). Nesta direção, denominar favela de comunidade é ressaltar a diferença entre ela e a *sociedade*, e remetê-la aos seus já-ditos. Dar o nome de comunidade à favela significa, a princípio, deslocar a imagem estereotipada de favela e tentar consolidar uma política de reivindicação para aquele espaço, que visava, segundo Valladares (2008), a promoção do autodesenvolvimento, a autonomia e capacidade de liderança dos moradores. Dessa política emergiu a ideia de comunidade que abarcava e reunia os indivíduos em torno de uma representação coletiva. Como resultado da Cruzada e dessas propostas, surgiram as primeiras associações de moradores.

Por outro lado, essa denominação marca a instauração do comunitarismo que emerge quando o Estado falta/falha. Visto por Touraine (2007), o comunitarismo é oposto à cidadania, "definido em sentido estrito pelo poder dos dirigentes da comunidade de impor práticas e interditos a seus membros. O que limita o direito cívico dos homens e mulheres envolvidos" (p 170), submetendo-os a restrições internas, contribuindo para a negação de direitos que afeta os moradores de favelas até hoje.

Observamos, portanto, que a denominação *comunidade* tem seu sentido dividido, especialmente, quando relacionado a esse espaço específico da favela. Seu

partir de então como: subversivos, marginais, promíscuos, doentes, preguiçosos, vagabundos, perigosos, desordeiros, imorais. Em nossa pesquisa, apontamos um processo discursivo, cujo efeito produzido é de metonimização, efeito ideológico que reside no significante favelado em sua relação com a favela.

sentido não é transparente, é opaco, resultante de uma tensão que atravessa a relação entre sujeito e espaço, na história.

Agora, vejamos como a relação *equivoca* entre as denominações *comunidade*, *bairro* e *favela* se discursiviza no discurso de moradores do Rio de Janeiro.

Discurso de Moradores

Através de recortes da entrevista realizada em 2008 e de um enunciado retirado de um trabalho sobre a favela do Acari, vejamos quais são as relações estabelecidas entre as denominações *favela*, *bairro* e *comunidade* no processo de significação do espaço.

É importante lembrar que os entrevistados são moradores de áreas dominadas pela milícia, ou moradores de áreas próximas, ou ainda de sujeitos que trabalham nesses locais.

E2: Eu moro na comunidade... porque eu moro em São João de Meriti, no município de São João de Meriti e **lá não é uma comunidade, porque hoje eles tratam de comunidade, as favelas né.** Porque depois do Brizola, passaram a chamar as favelas de comunidade. Mas pra mim, eu acredito que toda reunião de moradores, de ruas são uma comunidade, mas pela questão do meu trabalho eu vivo dentro das comunidades. Por ser pastor evangélico, e também por ser do Conselho de Saúde do Município.

Nesse primeiro fragmento, a cidade São João de Meriti é inicialmente identificada como comunidade, mas não como favela. O sentido recortado do interdiscurso para comunidade, e não para comunidade enquanto favela, é aquele da reunião de moradores e de ruas. Esse fragmento já aponta para a equivocidade que atravessa essas denominações. De um lado, comunidade é negada enquanto favela, enquanto denominação do espaço desse sujeito. Por outro, é dita sinônimo de favela. Mas, o sentido que as diferencia fica diluído. “**E:** Numa comparação assim o senhor deve conhecer alguém que more em área de risco, favela?”

Já, nesse caso, favela dá nome à área de risco. Com efeito, esse sentido remete ao imaginário social de favela que, ao longo dos anos, se construiu, resultante da união de diferentes discursos que a condenaram como lugar de criminalidade, de perigo. E a condenação do espaço incide sobre o morador, como vimos anteriormente. E ainda,

coloca em cena o discurso ecológico que a significa como risco, dada sua localização geográfica. Um dizer que se divide entre o social e o urbano.

E5: Por uma estação da Lithg, bem próximo a favela do Sapo, porque a favela do Sapo na verdade era um Conjunto Habitacional que virou favela, né? E a...o Sossego não, o Sossego é favela de morro, barraco, sempre foi assim.

Esse fragmento, por sua vez, é bastante interessante, pois aponta um processo inverso de favelização – de conjunto habitacional para favela. Mostra com isso que esse processo não está ligado às questões de urbanização ou de propriedade, mas de significação. E ainda, expõe uma subclassificação: favela de morro, de barraco.

E5: Mas tem uma outra área de Bangu onde uma amiga minha mora que é Parque Leopoldina, já ouviu falar? Que não é uma favela, é um bairro de classe média bem razoávelzinho(sic), um bairro novo e tal...e que é próximo de uma favela...

Nesse outro fragmento, a diferença entre favela e bairro é enunciada. Não se trata, nesse discurso, apenas de uma diferença pautada na urbanização, mas, sobretudo, na classe sócio-econômica do morador. “**E9:** aqui não tem nenhum morador bandido, como tem em favela: ah, aí mora fulaninho. Aqui não. Aqui não tem bandido. Já teve. Há uns dez anos atrás já teve.”

Favela tem bandido. Esse é o pré-construído que irrompe na formulação acima e dá sentido à favela na diferença com outro espaço. Um discurso cujo efeito ideológico de metonimização incide através do pré-construído. “**E21:** É. Vamos supor, você vai numa outra comunidade, numa outra favela, aí você dá o mapa da (...)da favela pra chegar e invadir.”

Comunidade e favela são denominações que, nesse enunciado, funcionam como sinônimas na relação com o espaço a ser invadido, ou seja, incide, no intradiscurso, o já-dito de terra de ninguém.

E22: Tem terreno ainda; já tem um conjunto; conjunto não! As pessoas que estão comprando um terreno e construindo desordenadamente lá. Aí, lá eles chamam de favela, porque não tem nada. Não tem saneamento básico não tem nada. É uma coisa muito estranho porque assim, de um lado, tem um bairro organizado, tudo asfalto e logo assim ao lado, atravessando a rua praticamente, aquela falta de organização.

O sujeito é tomado pelo discurso urbano, pois seu dizer remete à ausência de saneamento básico, de urbanização, à falta de organização, atribuídos à favela em contraposição a bairro, que é organizado, tem asfalto. “**E30:** É que tem realmente uma parte lá que é tipo assim a beira do rio que se chama que é a favela lá. Mas eu, por exemplo, eu não moro na favela eu moro na parte residencial...”

Favela não tem parte residencial é tipo assim a beira do rio. A imagem construída de residencial por este sujeito exclui favela do perímetro urbano, do perímetro habitável. “**E37:** Aqui não é comunidade, tipo favela, você sabe, então as pessoas têm uma vida mais reservada. Todo mundo respeita todo mundo. É muito família aqui.”

Favela, novamente, é definida por uma interpretação que recai sobre o morador.

E44: Aqui não tem como eles [os milicianos] fazerem como fazem em comunidade, que aqui não é favela, nem comunidade assim; aqui é bairro de família. As pessoas se conhecem. E não têm como fechar as ruas porque é um bairro.

Comunidade, quando identificada como favela, se opõe a bairro significado a partir de duas ordens: social e urbana, pois se trata de bairro de família e tem ruas, não é terra de ninguém, por isso os milicianos não podem fazer o que fazem na/com a favela.

Considerações Finais

Todas as características negativas atribuídas ao espaço da favela, de certo modo, recaíram, como pudemos ver, sobre o sujeito morador. A terra dita sem lei, o espaço dito sem higiene, entre outros, constroem a imagem de favelado e derivaram para outras significações que o marginalizam, como em: “favela é um monte de gente sem nenhuma educação, casas com gato de luz e água, casas coladas uma na outra” (*apud*. FREIRE, 2008: p. 104). Em favela é monte de gente, o espaço, ou seja, a denominação favela é evocada para definir/significar o morador. Um tomado pelo outro. O corpo do espaço e o corpo do sujeito encontram-se atados. Ao mesmo tempo, enunciar favela e não morador é sobrepor, ou reduzir os sujeitos em detrimento do espaço. Os sujeitos são textualizados como monte de gente, ou seja, qualquer um, todos. A generalidade dessa forma apaga morador, apaga as reais condições de existência dos sujeitos que habitam a favela. Apaga a possibilidade de denominá-la sociedade, de dar visibilidade à casa, à

rua, ao morador, de significar diferentemente esse espaço e seus sujeitos, de explicitar outras formas de significá-los, pois há outros discursos em que favela, favelado são interpretados, identificados de outra maneira.

Tanto o discurso lexicográfico, quanto o urbano-institucional afetam o discurso dos moradores do Rio de Janeiro, "atravessando-os".

A denominação, tomada pelo processo discursivo de substituição, de associação, justaposição, oposição, de sinonímia conferem aos nomes favela, bairro e comunidade sentidos múltiplos, diluídos, permeados de equívocos. E a denominação se interpõe como um corpo opaco entre o corpo do sujeito e o corpo da cidade. A denominação funciona no percurso dos sentidos como um vetor ideológico os carrega no trajeto entre espaço e sujeitos.

Essa análise nos é cara, pois nos permite observar como a constituição de um espaço, sócio-historicamente determinado, afeta e constitui os sujeitos inseridos nele. Permite-nos, ainda, ressaltar que é nesse espaço simbólico-político, nessas condições de produção de significação, que a milícia/polícia (COSTA, 2011) se impõe e não em outro. Um espaço marcado pela *falta* do Estado, metaforizada na falta de recursos, na falta de infraestrutura, de regularização, etc.

Referências Bibliográficas:

CEZAR, Paulo Bastos. Evolução da população de favelas na cidade do Rio de Janeiro: uma reflexão sobre os dados mais recentes. In: *Coleção Estudos da Cidade*, fev. 2002, p. 1-11.

COSTA, Greciely Cristina. *Discursos sobre a milícia: nomes, vozes e imagens em movimento na produção de sentidos*. Tese (Doutorado em Linguística), Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP, Campinas: 2011.

FREIRE, Letícia de Luna. Favela, bairro ou comunidade? Quando uma política urbana torna-se uma política de significados. In: *Dilemas*, vol. I, 2008, p. 95-114.

LEFEBVRE, Henri. *De l'État : les contradictions de l'État moderne*. Paris: Union Générale d'éditions, 1978.

NUNES, José Horta. *Dicionários no Brasil: análise e história*. Campinas, SP: Pontes, Fapesp e Faperp, 2006.

- ORLANDI, Eni Puccinelli. Silêncio e implícito (Produzindo a monofonia). In: GUIMARÃES, Eduardo (Org.), *História e sentido na linguagem*. Campinas, SP: Pontes, 1989, p. 39-46.
- _____. (1990) *Terra à vista – Discurso do Confronto: Velho e Novo Mundo*. 2ª Ed. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2008.
- _____. *Interpretação: Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.
- _____. N/O limiar da cidade. In: *Rua*, Campinas, número especial: 7-19, 1999.
- _____. *Discurso e Texto: Formulação e Circulação dos Sentidos*. Campinas, SP: Pontes, 2001.
- _____. A Casa e a Rua: uma relação política e social. In: *Educação e Realidade*. Porto Alegre, 2011.
- PÊCHEUX, Michel. (1969) Análise Automática do Discurso (AAD-69). In: GADET, F. & HAK, T. (orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. Bethânia S. Mariani [et al.] – 3ª ed – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1997.
- TELLES, Lygia Fagundes. A nave dos loucos. In: *A disciplina do amor*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 1980.
- TOURAINÉ, Alain. *Um novo paradigma: para compreender o mundo de hoje*. Trad. Gentil Avelino Titton. 3ªed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.
- _____. Face à l'exclusion. In: *Citoyenneté et Urbanité*. Paris: Éditions Esprit, 1991, p. 166-173.
- VALLADARES, Licia do Prado. *A invenção da favela: do mito de origem a favela.com*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

Data de Recebimento: 30/03/12
Data de Aprovação: 06/04/12

Para citar essa obra:

COSTA, Grciely Cristina da. Denominação: um percurso de sentidos entre espaços e sujeitos. RUA [online]. 2012, no. 18. Volume 1 - ISSN 1413-2109
Consultada no Portal Labeurb – Revista do Laboratório de Estudos Urbanos do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade
<http://www.labeurb.unicamp.br/rua/>

Laboratório de Estudos Urbanos – LABEURB
Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade – NUDECRI
Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP

<http://www.labeurb.unicamp.br/>

Endereço:

Rua Caio Graco Prado, 70
Cidade Universitária “Zeferino Vaz” – Barão Geraldo
13083-892 – Campinas-SP – Brasil

Telefone/Fax: (+55 19) 3521-7900

Contato: <http://www.labeurb.unicamp.br/contato>